

A opinião pública na independência (I Encontro Aslegis - IHG/DF)

Notas taquigráficas elaboradas pelo Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados, cedidas à Aslegis para publicação:

Identificação

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Eventos

(Encontro sobre a opinião pública na independência)

Em 16 de setembro de 2022 (Sexta-feira)

Início:16/09/2022 às 09h30 Término:16/09/2022 às 12h25

Transmissão disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/66412>> e

<<https://www.youtube.com/watch?v=Ob88GkinSFE>>

Transcrição das notas taquigráficas

O SR. COORDENADOR (Gustavo Silveira Machado) - Bom dia a todos. O encontro de hoje é um painel a respeito do tema *A opinião pública na Independência*.

Ele faz parte das atividades comemorativas ao bicentenário da emancipação política do Brasil e está sendo promovido pela ASLEGIS — Associação dos Consultores Legislativos e de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados e pelo Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, com o apoio da Consultoria Legislativa da Câmara e do SINDILEGIS.

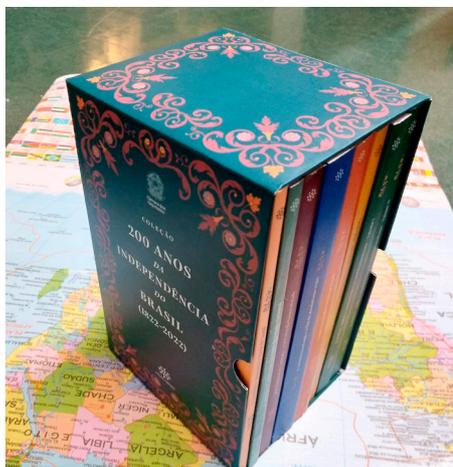
Em nome da Presidente da ASLEGIS, eu dou as boas-vindas aos presentes e aos que nos acompanham pelos canais de transmissão da Câmara.

Lembro que o evento está sendo gravado e estará disponível nos canais da Casa.

Os nossos palestrantes são ambos Consultores Legislativos e acadêmicos do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal. Além disso, eles têm participado intensiva e extensivamente das ações da Câmara dos Deputados voltadas à comemoração do Bicentenário da Independência do Brasil.

O Sr. Bernardo Felipe Estellita Lins é Consultor Legislativo da Área XIV — Ciência e Tecnologia, Comunicação Social, Informática, Telecomunicações e Sistema Postal. Mestre e Doutor em Economia, ele ocupa atualmente a Cadeira nº 43 do Instituto Histórico e Geográfico do DF. *(Palmas.)*

O Sr. José Theodoro Mascarenhas Menck, cujo nome vocês vão reconhecer desta coleção de livros, da qual foi autor e organizador, é Consultor Legislativo da Área I — Direito Constitucional, Eleitoral, Municipal, Regimento Interno, Processo Legislativo e Poder Judiciário.



Mestre em Direito Romano, Doutor em História, ele ocupa a Cadeira nº 117 do Instituto Histórico e Geográfico do DF, além de também ser membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. *(Palmas.)*

Antes de chamar a nossa mediadora, eu queria registrar a presença do Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, o Sr. Ronaldo Rebello de Britto Poletti. *(Palmas.)*

A nossa mediadora será a Jornalista Renata Gonzaga, que atualmente é produtora e diretora de programas na TV Senado e tem vasta experiência profissional tanto no setor público quanto no privado. Ela foi repórter e editora em emissoras de televisão e atuou também em emissoras de rádio.

No momento, eu passo a palavra a ela. (*Palmas.*)

Lembro que vai ser passada uma lista de presença. Quem assinar receberá certificado de participação.

Quem for participar dos debates, por favor, identifique-se na hora em que for falar.

A SRA. COORDENADORA (Renata Neves Gonzaga) - Bom dia a todos.

Bom dia, Dr. Bernardo.

Bom dia, Dr. Theodoro.

Um bom-dia especial ao meu Prof. Ronaldo Poletti, que está presente aqui. Foi uma honra, depois de 30 anos, revê-lo aqui na Câmara dos Deputados. São inesquecíveis os ensinamentos que eu tive na disciplina Introdução ao Direito II, na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.

É uma honra tê-los aqui acompanhando este debate.

Antes de começar, eu gostaria de agradecer à ASLEGIS, por ter-me chamado para fazer essa mediação, que eu chamaria de um bate-papo, porque, quando nós estamos com esses dois feras da história, com todos esses conhecimentos acumulados ao longo dos anos, realmente é só aprendizado.

Nós estivemos conversando recentemente para combinar como seria o debate e só faltou o cafezinho, porque foi uma conversa muito agradável. Então, eu tenho certeza de que, para todos os presentes e para aqueles que estão nos acompanhando pelo *Youtube* no canal da Câmara dos Deputados, certamente serão momentos bastante agradáveis.

A história faz parte da nossa formação, do entendimento do que nós somos atualmente. E a opinião pública é aquilo que se fala, é aquilo que se comenta, é aquilo que se vê, é aquilo que se sente do que está acontecendo. Como jornalista, eu lido com isso diariamente. Atualmente, estou

na *TV Senado*, mas, assim como todos os brasileiros, falo, ouço, comento, sinto o que acontece no nosso País.

Eu gostaria de começar pelo Bernardo, conforme combinamos no nosso cafezinho.

E mais uma vez eu gostaria de destacar, apesar de o Gustavo já ter feito isso, essa coleção formidável dos 200 anos da Independência, que foi elaborada ao longo dos últimos 6 anos pelo José Theodoro Menck. Eu tive o prazer de começar a ler pelo menos dois desses livros, que estão disponíveis na livraria da Câmara dos Deputados — basta entrar no Google que se acha rapidinho, e é fácil comprar pela Internet. E, para quem quiser ter o prazer de vir à biblioteca da Câmara, pode ir à livraria e adquirir os exemplares. Eu garanto que é um grande presente para si próprio e para aqueles que vocês gostariam de tornar pessoas mais consistentes no exercício da cidadania.

Eu vou começar, então, pelo Bernardo, porque acho muito importante, quando falamos de opinião pública, primeiro, tentarmos entender um pouco esses conceitos que cristalizam a formação da opinião pública — não é isso, Bernardo? Pode ser assim?

Já que vamos tratar da opinião pública no debate da Independência, vamos tentar trazer um pouco daquilo que efetivamente cristalizou a formação da nossa opinião pública há 200 anos, mas também o entendimento que nós temos hoje do que é efetivamente a opinião pública.

Tem a palavra o Bernardo, por favor.

O SR. BERNARDO FELIPE ESTELLITA LINS - Bom dia a todos.

Eu queria inicialmente agradecer a oportunidade de participar deste debate. Agradeço especialmente à ASLEGIS e à diretora que me deu a honra de poder, hoje, compor a Mesa. Também saúdo o Dr. Poletti, nosso Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, que muito nos honra com sua presença.

Eu vou falar rapidamente da questão da opinião pública na independência, destacando, de início, que opinião pública é um conceito moderno. Ele não existia naquela época. Não havia ainda a compreensão desse processo, de como ele ocorria, até porque há uma série de aspectos que são posteriores ao desenvolvimento da comunicação eletrônica de massa

como nós a conhecemos, ao amadurecimento dos sistemas democráticos que hoje são predominantes na maior parte dos países. Então, há uma pergunta crucial: como podemos encaixar, adequar ou aplicar um conceito moderno a uma situação muito anterior ao desenvolvimento dele e nos beneficiar de todo o aparato analítico que um conceito desses nos traz para compreender uma situação mais antiga, mas, de qualquer modo, extremamente relevante para a formação do nosso País?

A opinião pública, em certa medida, nasce, em primeiro lugar, do conceito do que é público. Público é aquele conjunto de pessoas, aquele conjunto de interesses que estão preocupados com determinados temas em jogo e têm determinadas posições, muitas vezes individuais, que têm que ser negociadas, têm que ser discutidas e assim por diante.

Então, público não se confunde com povo, quer dizer, não é a coletividade como um todo, e também não se confunde com o moderno conceito de massa, que é muito mais relacionado a um comportamento coletivo homogêneo, intuitivo e, muitas vezes, passivo diante da informação que vem dos meios de comunicação.

O público, em algum momento, para poder participar do amadurecimento da questão, tem que formar uma opinião pública, ou seja, uma opinião que represente, de alguma forma, um resultado desse debate que se configura. Essa opinião não necessariamente é a opinião majoritária, nem sequer é necessariamente uma opinião que seja uma média das opiniões que estão em jogo. Às vezes, é uma posição dominante; às vezes, é, de fato, uma posição que é uma soma do debate que está acontecendo; e, às vezes, é uma coisa completamente diferente.

Dentro do público, existe o papel do jogo de interesse. Quer dizer, parte desse público pode se coordenar, defendendo determinadas posições, encontrando um resultado que interesse a esse grupo e que seja jogado dentro do debate da opinião, com um suporte, um apoio que dê força a esse tipo de preferência.

Modernamente, o mecanismo que tem sido defendido para encaminhar esse debate e até mesmo para definir quais são os temas relevantes da agenda tem sido a imprensa. Então, diante desses conceitos, nós temos que fazer uma reflexão para responder as seguintes questões: o que havia

disso em 1822 e por que pode ser interessante utilizarmos esses conceitos para examinar os fatos daquela época?

Alguns pressupostos para se tratar com a opinião pública estão apresentados nesse eslaide que está sendo mostrado: a ideia de haver uma liberdade de expressão, uma participação da imprensa no debate, uma liberdade de reunião e uma participação do público no processo político. Quer dizer, um debate desse tipo é inócuo, se não trouxer como resultado algum tipo de participação. E nós vamos ver que alguns desses elementos, de fato, existiam naquela época, embora não todos. E é interessante nós também tentarmos responder a seguinte pergunta: por que eles existiam justamente em 1821?

Opinião pública

- Público: grupo de pessoas interessadas em algum tema ou questão, formado naturalmente e heterogêneo, que se encontra dividido em relação ao tema e interage debatendo as posições alternativas
- Opinião pública: opinião representativa ou preponderante resultante do processo de debate público
- Grupo de interesse: parte do público que compartilha uma preferência em relação ao tema e coordena esforços para influir no debate público
- Imprensa: conjunto dos veículos informativos ou de opinião que divulgam posições a respeito do tema de interesse

2

Alguns desses elementos que vamos descobrir são: havia uma participação política — quer dizer, de fato, já existia uma participação política; havia uma organização do debate, ou seja, havia um espaço público ainda incipiente, mas já existente naquele momento; havia uma imprensa incipiente, mas já atuante; e havia uma possibilidade de decisão eleitoral naquele momento e de participação de cidadania.

Alguns pressupostos

- Liberdade de expressão e de manifestação das ideias
- Liberdade de imprensa
- Alcance dos veículos de comunicação social
- Liberdade de reunião
- Acesso à composição do público
- Participação do público no processo político

Apenas para relembrar alguns dos processos que ocorrem e que nós vemos hoje, um é que a composição de grupos suporta determinados estereótipos. Nós vemos isso no debate atual, no debate político neste momento, quer dizer, como determinados grupos dentro do debate público configuram e suportam determinados estereótipos; como é importante para as pessoas que defendem essas posições ter o suporte do grupo para legitimar, inclusive emocionalmente, a forma como participam do debate; como esses grupos têm uma visão idealizada de si mesmos e como a construção da posição predominante em função desse confronto do debate e da opinião não necessariamente representa a preferência da maioria, uma preferência média ou mediana no debate.

Alguns processos

- Composição de grupos que suportam certos estereótipos
- Visão idealizada do próprio grupo
- Confronto de visões conflitantes
- Construção de posição predominante
 - Não constitui necessariamente uma posição intermediária
 - Não coincide necessariamente com a posição da maioria
 - Não representa uma aceitação de todos
 - Tende a modificar-se com o tempo

Vamos ver um pouco algumas coisas que andaram acontecendo naquele momento.

Em primeiro lugar, havia a representação da comunidade? Havia, e havia historicamente. Quer dizer, desde do surgimento da nação portuguesa — talvez o primeiro Estado Nação, em sentido moderno, que tenha existido na Europa —, as cortes, aquelas reuniões demandadas ou convocadas pelo rei, já incorporavam os três poderes da época: a igreja, a nobreza e os representantes das comunidades, dos Municípios. E eles tiveram, realmente, em alguns momentos, papel muito relevante, inclusive no encaminhamento de decisões centrais para o futuro da nação portuguesa.

Além disso, havia espaços de encontro já relativamente amadurecidos desde o século XVIII. Um desses espaços eram os clubes literários, que eram extremamente vigiados, mas existiam. Os debates eram monitorados, mas ocorriam.

Origens

- Século XIII: participação de representantes de comunidades e municípios (terceiro Estado) nas Cortes
 - Em Portugal: Cortes de Leiria (1254) e Coimbra (1385)
- Século XVII: encontros em locais de reunião legalmente aceitos
 - Na Inglaterra: as coffee-houses londrinas após a restauração e a aclamação de Carlos II (1660)
- Século XVIII: expansão do jornal impresso diário
 - Na Inglaterra: The Daily Courant, de Londres (1702)
 - Nos EUA: Pennsylvania Packet, em Filadélfia (1784)

Outro espaço extremamente relevante era a maçonaria. As lojas maçônicas criadas nos reinos da Escócia, Inglaterra e Irlanda já eram uma realidade. Elas haviam se espalhado pelo mundo junto com a expansão colonial britânica e foram adotadas em um número grande de países, inclusive no Brasil, no final do século XVIII e início do século XIX. Elas eram espaços de encontro das elites. No caso da expansão colonial britânica, o funcionário, o militar que acompanhava essa expansão, bem como

o comerciante que faziam negócios nas colônias, tinha na maçonaria um elemento de apoio e, inclusive, de contato com a sua cultura, com os fatos que iam ocorrendo no império. Elas eram um espaço de debate bastante relevante.

Curiosamente, um terceiro espaço que começou a ocorrer no começo do século XIX no Brasil foi o da vida social, dos cafés, das lojas. Nós não podemos esquecer que, com a vinda da Corte em 1808 e abertura dos portos, não apenas o comércio estrangeiro veio para o Brasil, mas também os estrangeiros. A partir de 1808, não só escravos vieram ao País. Migrantes de várias nacionalidades passaram a vir e a ser trazidos ao País, especialmente ao Rio de Janeiro, para prestar serviço à Corte, realizar comércio e acompanhar a modernização, digamos assim, da vida social carioca. Nós começamos, então, a ter lojas, começamos a ter livrarias, começamos a ter cafés, e esses eram também espaços de debate informal e de construção do debate público.

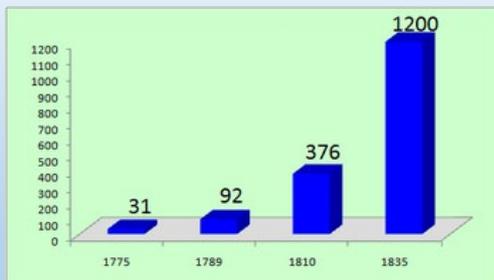
E, finalmente, houve o surgimento do jornal no Brasil. A imprensa não existia no Brasil até 1808. Ela surgiu, então, não só com o início da disseminação do *Correio Braziliense* no País, mas com a criação da Imprensa Régia e a aceitação da possibilidade de impressão de outros veículos no Brasil.

Por que isso se expandiu em 1821? Isso se expandiu porque, no Porto, o Governo Provisório decretou basicamente a liberdade de imprensa. O que era antes sujeito a censura passou a ser uma atividade mais livre, o mais possível, dentro do País. E nós, rapidamente, naquele ano de 1821, passamos a ter duas ou três dezenas de periódicos — irregulares, ainda: alguns semanais, alguns eventuais, muitos de número único, circulando em nosso País.

Se fizéssemos uma comparação da nossa realidade com a de outros países, veríamos que nós estávamos muito atrasados. Por exemplo, naquela época, entre 1810 e 1830, houve uma explosão de títulos nos Estados Unidos. Em 1830, os Estados Unidos já tinham 1.200 jornais circulando, inclusive jornais diários industriais, coisa que nós não tínhamos naquele momento no Brasil.

Origens

Crescimento do número de títulos nos EUA



7

E o que é a compreensão de opinião? Nós já tínhamos algum debate a respeito da ideia de opinião. Era uma ideia que já havia evoluído daquela visão um pouco depreciativa da cultura clássica.

Percepção

- Visão greco-romana
 - Aristóteles: valores, normas e costumes predominantes
 - Cícero: “assim é o povo: julga pouco pela verdade, muito pela opinião”
- Empirismo
 - Hobbes: noção de contrato ou acordo entre o povo e o rei
 - Locke: articulação da opinião como elemento da política
- Revolução
 - Rousseau: teoria da vontade geral
 - Bentham: preferências aditivas e maximização agregada

8

Eu coloquei aí uma frase de Cícero: “*O povo julga pouco pela verdade, muito pela opinião*”. Ou seja, não havia essa visão atual de que a formação da opinião pública é um processo relevante para a política. Platão, por exemplo, em *A República*, fala que nenhuma das formas de governo existentes é, de fato, razoável. Havia um pessimismo muito grande na visão dele quanto às formas de governo que hoje, inclusive, nós temos. Mas já

tinha havido a evolução do empirismo e do iluminismo. Então, já havia naquele momento uma ideia de que construir a opinião das pessoas fazia parte da construção política.

No Brasil

- Reuniões e debate público
 - Lojas maçônicas e clubes culturais
 - Comércio de rua e cafés
- Existência de veículos
 - Correio Braziliense, em Londres (1808)
 - Gazeta do Rio de Janeiro, pela Imprensa Régia (1808)
 - Em 1821, oficinas de impressão particulares, mas jornais artesanais
- Liberdade de expressão
 - Decisão da Junta de Governo provisória de setembro de 1820
 - Extinção da censura prévia pelas Cortes de Lisboa em fevereiro de 1821
- Independência e forma de governo como temas de interesse
 - Reação às cortes de Lisboa

9

Alguns episódios

- Participação popular
 - Reunião de populares no dia 11 de janeiro, após o Dia do Fico, para confrontar a divisão portuguesa (1822)
- Debates na imprensa
 - “Guerra de penas” entre articulistas
- Panfletos
 - Jornais de edição única ou panfletos apócrifos
 - “papelinhos” manuscritos ou impressos (1821-1822)

São essas as ideias — eu vou parar por aqui — para fundamentar este debate. Eu agradeço o tempo que me foi dado e passo a palavra de volta para a nossa coordenadora.

A SRA. COORDENADORA (Renata Neves Gonzaga) - Obrigada, Bernardo, mas você não vai parar por aqui, não. Nós vamos continuar já, já.

Eu gostaria, agora, de passar uma questão para o Dr. José Theodoro Menck, já pedindo a ele que também faça alguns comentários que possam nos trazer um pouco de luz.

A opinião pública, como disse o Bernardo, não é exatamente a média, não é a opinião da massa, pode ser parte do jogo de interesses. Como nós podemos perceber a existência de uma opinião pública no início do século XIX, especialmente no período pré-Independência, se o espírito crítico, que é absolutamente necessário para a formação de uma opinião pública, parece bastante prejudicado pelo simples fato de nós termos mais de 90% da população analfabeta? Como se formava a opinião pública numa circunstância como essa? Este era um país em que não havia pessoas letradas, onde o acesso à informação era absolutamente restrito. Quem formava essa opinião pública? Como a população em geral poderia exercer a sua expressão máxima e a sua participação na sociedade sem acesso à informação?

O SR. JOSÉ THEODORO MENCK - Bom dia, Renata. Bom dia, Bernardo. Bom dia, Prof. Poletti. Agradeço a participação de todos.

Essa é uma questão muito interessante e muito recorrente. No Brasil, dizia-se, 90% da população era de analfabetos. Mas o analfabeto também pode ter opinião — e, para mim, essa opinião pode ser relevante. A opinião independe de saber se ele lia. Agora, as informações que eram veiculadas chegavam a ele? Eu acho que sim. E isso é um fato histórico.

Sobre esse período, há pouco tempo foi publicado um livro sobre os panfletos lançados no Rio de Janeiro. Havia uma quantidade enorme, entre 1821 e 1822, de panfletos, que eram geralmente uma folha com algum dizer, alguma trova, sempre vinculados ao momento político, criticando ou elogiando algo. Esses panfletos eram colados à noite e ao amanhecer — geralmente clandestinos —, sempre chamavam a atenção e eram lidos em voz alta. Então, havia sim uma opinião, digamos, dos iletrados, que era relevante na medida em que eles conseguiam fazer massa. Ao fazerem massa, eles conseguiam alterar o curso político. E nós vemos muito isso na questão da expulsão da Divisão Auxiliadora.

Voltando um pouco ao histórico do Brasil, há o famoso Dia do Fico. O Dia do Fico foi uma questão relevante na história porque foi a primeira

vez que D. Pedro desobedeceu a uma ordem direta. Ele simplesmente disse: “*Não vou obedecer*”. Portanto, D. Pedro não falou aquela frase famosa.

Ao que consta, existiram dois manifestos, sendo o primeiro no dia 9, no qual José Clemente Pereira fez uma publicação dizendo que D. Pedro havia dado uma resposta à *la* D. João, dizendo que iria estudar o assunto e que receberia a reivindicação do povo. Mas José Clemente, não satisfeito, volta no dia seguinte e consegue que D. Pedro assine aquela frase: “*Se é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto. Diga ao povo que fico*”. Essa frase foi publicada no dia seguinte.

No dia 9, D. Pedro tentou seguir um pouco o pai. Bem, isso levou a uma insurreição dos militares. A grande tropa que chega à cidade do Rio de Janeiro era portuguesa: a Divisão Auxiliadora. A Divisão Auxiliadora era uma veterana das guerras peninsulares, das guerras de Napoleão Bonaparte, era uma tropa de elite. Ela estava acantonada lá e havia, de certa forma, expulsado Dom João, em fevereiro de 1821. Dom João saiu daqui expulso pela insurreição da tropa. Então, ela ia se insurgir de novo. Com o Fico, D. Pedro então prepara-se para a reação da tropa. E como é que ele faz isso? Ele chama o General Curado, que convoca parte da tropa que lhe é fiel — e é um momento muito difícil para os militares, porque eles teriam que se posicionar pró-Pedro ou pró-Cortes. Mas Pedro era o herdeiro do trono... Então, à época, havia oficiais nascidos no Brasil, que ficam de um lado e de outro, e oficiais portugueses, que também ficam de um lado e de outro. Mas o General Curado chama o povo e se arma. Ocorreu, então, a manifestação do povo armado — e isso é relatado nas crônicas daquele dia —, uma multidão de 5 mil pessoas, composta por cidadãos de todas as classes sociais, que se reúne na Praça da Aclamação para defender o Fico, para defender D. Pedro. E isso ocorreu porque Avilez tinha dito que ia pegar D. Pedro, colocá-lo num navio, devolvê-lo para a Europa e que isso não iria ficar assim, não.

Esse confronto acabou não acontecendo. Viu-se uma manifestação popular. O povo se manifestou. Aquele povo era analfabeto? Provavelmente, sim. Como é que ele foi arregimentado? Foi arregimentado através desses panfletos. O José Murilo de Carvalho tem, inclusive, um livro falando sobre isso, intitulado *Às armas, cidadãos!* — esse foi o título que ele deu. Boa parte desses panfletos eram papéis para um dia, que depois

eram jogados fora. Então, as coleções que restaram desses panfletos são poucas. Mas são todos muito vinculados ao jacobinismo republicano, não no sentido de derrubar a monarquia, mas no sentido próprio da Revolução Francesa, qual seja o de que o povo que está criando a situação.

Então, voltando à questão, o fato de o povo ser analfabeto não necessariamente fez com que ele não tivesse opinião e que não tivesse participado. A historiografia diz que a Independência foi um acerto de elite e costuma minimizar a participação popular. Mas eu pessoalmente acredito que houve, sim, essa participação popular no Brasil, em especial na Bahia. Na Bahia, quem era o soldado Medeiros, que depois se revelou como Maria Quitéria? Ela era alguém do povo e era analfabeta. Maria Graham diz que ela era analfabeta. E você vai encontrar a Felipa, uma negra em Itaparica. Essa é uma figura mais lendária. Mas há vários elementos populares que vão surgindo nesse período de lutas. E eles foram arregimentados através do que seria uma convocação feita basicamente por meio dos panfletos e também pelo boca a boca.

A SRA. COORDENADORA (Renata Neves Gonzaga) - Eu vou continuar conversando com você, Theodoro. Posso chamá-lo assim? (*Risos.*)

Estou ao lado de pessoas que reúnem tanto conhecimento que nos sentimos um pouco apequenados, porque são grandezas aqui do meu lado. (*Risos.*)

O SR. JOSÉ THEODORO MENCK - Bondade sua.

A SRA. COORDENADORA (Renata Neves Gonzaga) - Não acredito. (*Risos.*)

Mas eu gostaria especificamente de fazer uma ligação com o que o Bernardo havia mencionado anteriormente. Qual é importância dessa imprensa surgida a partir de 1808? Especialmente, qual é a importância do *Correio Braziliense*, do Hipólito José da Costa, que foi o idealizador e que manteve essa publicação durante 13 ou 14 anos? Por ele ser um maçom, também nessa mesma análise sua, o que a maçonaria trouxe para a formação da opinião pública brasileira nesse período da Independência?

O SR. JOSÉ THEODORO MENCK - Quando se fala de imprensa no Brasil nesse período, a figura do Hipólito José da Costa se impõe. Ele está na testa da lista dos primeiros jornalistas do Brasil e de Portugal. Os

portugueses, quando fazem a lista dos jornais portugueses, colocam-na nela também. Ele era um luso-brasileiro típico. Inclusive, ele defendeu, ao longo de todo o seu jornal, a manutenção do Reino Unido, a manutenção dos vínculos. Só no finalzinho, no último ano, é que ele vai ver que era impossível a manutenção.

O *Correio Braziliense* se dividia em quatro partes. É interessante porque a última miscelânea tinha sempre uma subparte, um subitem, que, a partir de 1815, passou a se chamar Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves. No último ano, no último jornal, ele cita: “*Os Reinos Desunidos do Brasil, Portugal e Algarves*”. Então, só ali, no último volume, ele reconhece que os reinos eram desunidos porque não se podia mais mantê-los unidos.

A SRA. COORDENADORA (Renata Neves Gonzaga) - Eu queria que você destacasse um pouco como ele conseguia manter uma publicação a distância, produzindo geograficamente distante, da Inglaterra, em um tempo também distante, porque chegava com muito atraso aqui no Brasil, ao mesmo tempo trazendo uma atualidade muito importante para a realização do debate.

O SR. JOSÉ THEODORO MENCK - Para isso, vamos voltar à figura do Hipólito.

O Hipólito morreu muito cedo. Ele não chegou aos 50 anos. Na vida dele, foi muito curta a parte em que ficou no Brasil. Ele, como muitos filhos da elite, foi a Portugal, a Coimbra. Em Coimbra, ele estudou Direito e Filosofia. O interessante é que Filosofia abarcava mais as ciências naturais como um todo, inclusive Medicina. Ao longo da sua vida, ele se revelou uma espécie de curandeiro e dizia que, dos estudos que ele teve, o mais útil foram esses de filosofia, que, na verdade, era medicina para ele. Então, foram muito curiosos os seus estudos.

Havia em Portugal à época uma coisa interessante: uma espécie de pontuação secreta que os professores tinham de fazer dos alunos. Todo aluno, ao final do ano letivo, era pontuado em uma série de itens. Os professores tinham que fazer isso. Esses itens eram lacrados e depositados. Ao final, quando o aluno se formava, o reitor abria e fazia a pontuação geral desses alunos. Era uma espécie de seleção, em que se avaliava pontualidade, urbanidade, interesse pelos estudos, coisas genéricas “não sobre

matéria, mas um julgamento sobre uma forma de ser da pessoa”. Essa prática existia no século XIX e era de onde o Estado português buscava os seus quadros. Os funcionários públicos do Estado português eram tirados basicamente de Coimbra. Havia aquela centralidade de estudos. Todo o mundo lusitano estudava em Coimbra. Ao contrário do mundo hispânico, em que os espanhóis tinham universidades em toda a América, lá só havia uma no mundo português, e o universo estudantil estava ali concentrado. Lá havia essa pontuação. Dali eram tirados os elementos que iam se integrar ao quadro da administração portuguesa. A pontuação do Hipólito foi muito boa, porque, 3 meses depois, ele foi convidado por alguém que seria o futuro Conde de Linhares para integrar o início do serviço diplomático português.

Como primeira missão, ele foi mandado para os Estados Unidos. — ainda estamos no século XVIII, em 1798. Ele foi para lá. Normalmente, a historiografia diz que ele descobriu e se encantou com os Estados Unidos. Nesse encanto, ele vai ver o atraso. Como o Bernardo falou, os Estados Unidos eram muito desenvolvidos em muitos itens, inclusive em questão de imprensa. A quantidade e volume de informações que corria era muito grande.

Ele deixou três textos dessa sua viagem: *O Diário da minha viagem para Filadélfia*, que está incompleto, porque não abarca o último ano; *Cadernos de Notas*, um copiador das cartas, porque ele mandava as cartas e as copiava, como uma espécie de controle - não havia xerox na época, era tudo manuscrito, então, ele fazia um copiador das cartas que ele mandava para Portugal; e o *Relatório final*, que foi publicado pela Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, na revista, por volta de 1870. Eu o reproduzo aqui nesta obra porque é um texto pouco lembrado.

Nós podemos ver que o encanto do Hipólito não foi *cum grano salis*. Ele não gostou, por exemplo, do excesso de informalidade dos Estados Unidos. Aquilo que Alexis de Tocqueville disse, que todos chegavam muito informalmente, os Senadores andavam com casacas velhas, Hipólito também viu, anotou e não gostou. Ele disse que aquilo era ruim para o Estado. De certa forma, ele consolidou a sua opção por um meio-termo entre uma monarquia absoluta e uma república. Ele se consolidou pela monarquia constitucional, e esse passa a ser o norte, o objetivo que ele al-

meja como o melhor para o Brasil, inclusive. Então, ele teve essa questão e foi nos Estados Unidos que ele entrou na maçonaria. Na Filadélfia, ele foi introduzido na maçonaria, mas o interessante é que no dia seguinte ele pediu a suspensão. Muito provavelmente, o diplomata português a quem ele assessorava, o embaixador que estava lá, deve ter dito que para a carreira dele não pegaria bem em Portugal isso. O fato é que os documentos referentes a essa estada dele na maçonaria nos Estados Unidos pegaram fogo ainda no século XIX. Então, não há muito detalhe sobre isso, só os que ele escreveu. Ele voltou com uma visão da tecnologia americana. Conheceu os três primeiros Presidentes estado-unidenses. Ele conheceu o Adams, que era o Presidente de então; o terceiro Presidente, Thomas Jefferson, num jantar; e também — isso se vê no texto do relatório oficial — o Washington. Ele descreve uma conversa que teve sobre plantação de fumo com o General Washington. Então, na verdade, ele conheceu os três Presidentes americanos, conheceu a sociedade e descobriu uma sociedade muito incipiente. Ele não foi para Washington — a capital era a Filadélfia —, porque em Washington corria a febre amarela. Ele falou da quantidade de infanticídio, de certa forma, que havia nos Estados Unidos, que era muito grande. Ele conheceu uma Nova Iorque com 50 mil habitantes. Ele achou que era uma sociedade muito rudimentar em alguns aspectos, o que acaba sendo um elogio, porque tudo o que ele coloca como ruim dos Estados Unidos deu certo. Eles conseguiram solucionar. Ele tem muitas críticas em relação às questões de saúde pública e economia, mas, tecnologicamente, ficou muito admirado nos Estados Unidos.

Ele voltou para Portugal, foi admitido na Imprensa Régia, fez uma série de publicações. Dois anos depois de publicar muita coisa, ele foi para a Inglaterra. Ele disse que foi para a Inglaterra com uma missão da maçonaria de fazer um registro das lojas portuguesas junto à Grande Oriente londrina. Então, aquela informação de que ele tinha pedido a licença no dia seguinte fica relativizada. Talvez ele tenha pedido uma licença só para o seu patrão, o diplomata, não saber ou não tornar isso óbvio. Mas o fato é que ele tem isso, o que vai lhe custar muito, porque, voltando para Portugal, foi preso por ser maçom, por questões políticas. Ele foi envolvido em uma briga política e conseguiu fugir depois de 3 anos de cárcere. Na Inglaterra, ele acabou abrindo o que seria a grande obra da sua vida, o *Correio Braziliense*.

O *Correio Braziliense* foi importante na medida em que foi o grande órgão difusor dos grandes conhecimentos tecnológicos de então. Primeiro, ele era informativo. Ele difundiu as informações sobre as guerras de Napoleão. Então, é possível seguir toda a trajetória de Napoleão, as guerras napoleônicas. Ele difundiu as guerras de independência da América do Sul. Ele conheceu Bolívar, San Martín, O'Higgins, Miranda. Todos eles, que passaram por Londres, foram conhecidos dele, e ele descreveu suas atuações. Ele também descreveu a atuação de Dom João no Brasil. Ele descreveu essa atuação, o Estado joanino, de uma forma sempre muito crítica. Ele critica tanto a regência em Portugal quanto o Governo no Brasil, mas é interessante que ele nunca atacava a figura de Dom João, nem a figura de Dom Pedro, nem a figura do Intendente de Polícia do Rio de Janeiro, que era o Desembargador Fernandes Viana. Isso é muito curioso.

A polícia, na época, tinha uma concepção maior, abarcava quase como se fosse uma prefeitura. Esse Desembargador cuidava de toda a cidade e tinha recebido de Dom João a incumbência de civilizar o Rio de Janeiro. Civilizar, no caso, era varrer o Rio de Janeiro. As pessoas da época falavam: “*a resoluta vassoura do Desembargador Viana*”, porque toda hora ele ficava mandando limpar, porque era uma cidade suja, que não tinha esgoto. E ele chamou o famoso Major Vidigal, que era um sub do Desembargador Viana e era o responsável pela questão de segurança da cidade. O Morro do Vidigal chama-se assim porque era uma propriedade do Major Vidigal, que fez essa limpa. O Desembargador Fernandes Viana, que foi sogro de Duque de Caxias, recebeu uma incumbência de transferência monetária.

Muito embora o *Correio Braziliense*, de Hipólito, criticasse a administração lusitana de uma forma muito ácida, ele era sustentado por Dom João. Isso é uma coisa muito interessante. O Hipólito, como eu disse, morreu cedo. As duas primeiras grandes biografias de verdade foram feitas na década de 50, em 1957. Carlos Rizzini e Mecenas Dourado são os dois grandes biógrafos dele. O Carlos Rizzini era o Diretor-Geral dos *Diários Associados*. Então, havia toda a estrutura áurea dos Diários Associados. Enquanto o Assis Chateaubriand fazia política, ele fazia as coisas andarem. E o Mecenas Dourado era um professor do Maranhão. Houve uma concorrência das duas biografias. As duas foram publicadas no mes-

mo ano e têm o mesmo título. É interessante que um sabia da existência do outro que estava fazendo a pesquisa. Então, houve uma corrida para saber quem ia lançar primeiro, mas são complementares. Como eu disse, na biografia feita por Rizzini, ele faz um estudo e disse que para manter o *Correio Braziliense* durante todo aquele período teria sido necessário vender pelo menos 600 assinaturas. Isso era difícil. O exemplar era grande. O *Correio Braziliense* era quase um livro. Ele é uma revista com formato de livro para nós, com todas as informações. Não é um jornal diário. Já o Mecenaz Dourado identificou que Dom João passava o dinheiro para o Desembargador Fernandes, que, por sua vez, mandava para o Maranhão; do Maranhão, mandava para Londres e sustentava 500 assinaturas.

Então, de certa forma, o D. João não sustentou tudo; mas de 500 a 600 assinaturas, o D. João garantia.

E é interessante que, talvez, por isso, a figura de D. João é sempre muito poupada. É sempre muito criticada a administração dos Ministros. Os Ministros são criticados, e os erros são muitos, principalmente, do lado lusitano. A regência de Portugal é muito criticada; mas a figura dele... E há sempre uma perspectiva de futuro no sentido de...

Hipólito, se nós pegarmos para ler o *Correio Braziliense*, sempre tem uma esperança de que as coisas vão melhorar e que está ajudando este País a melhorar, a se tornar um País mais sério, e sempre não naquela perspectiva estadunidense, como eu havia dito, mas, sim, naquele meio termo que ele achava que era mais inglesa de uma monarquia constitucional.

O Hipólito é muito criticado também — e isso quem começou a falar foi o Nelson Werneck Sodré naquele clássico livro sobre a imprensa. Segundo ele, Hipólito era um vendido para a burguesia inglesa e defendia os interesses britânicos, mais do que os interesses luso-portugueses. Isso mostra, na verdade, ou permite dizer que o Nelson Werneck não leu com atenção as observações que o Hipólito faz quando do Tratado de Comércio com a Inglaterra. Ele malha dizendo que aquele tratado lá era extremamente nocivo aos interesses luso-brasileiros e que isso mostrava uma irresponsabilidade dos Ministros de terem assinado aquele tipo de proposta. E ele dava nomes.

Então, ele foi contra os interesses britânicos. Não havia essa subserviência.

Outra coisa que se diz muito é que ele teria se naturalizado inglês. Foram muitos anos que ele noticiou, e ele vez por outra era acusado disso. E ele se defende dizendo que não. Na verdade, no direito inglês, o Rei da Inglaterra também era duque-eleitor de Hanôver, do principado de Hanôver, dos príncipes que elegiam o Imperador do Sacro Império. E os súditos de Hanôver eram súditos vinculados diretamente ao rei e não ao Estado inglês.

Então, havia uma espécie de juramento de fidelidade ao rei sem passar pelo Estado inglês. E isso havia no século XIX, na legislação inglesa. Então, você podia não se naturalizar, mas se vincular e, assim, receber a proteção real. Então, você tinha uma série de garantias, uma das quais, inclusive, não poder ser expulso. Para efeitos práticos é basicamente a mesma coisa. Mas, na verdade, ele nunca se naturalizou inglês, ele se declarava luso-brasileiro. E, quando o Reino Unido não pôde ser mantido, ele se declarou brasileiro o tempo todo. Ele nunca negou.

Agora, essa informação de que ele teria se naturalizado vem do embaixador português lá. O embaixador português, que era o Conde do Funchal, dizia que não tinha condições de calar o Hipólito e nem calar as críticas do Hipólito, porque ele tinha a proteção do Duque de Sussex. E o Duque de Sussex o tinha feito nacional. Ele não o fez nacional, ele fez esse outro vínculo de vassalagem ao rei, não houve uma aquisição da nacionalidade inglesa.

Peço perdão por ter me estendido demais da conta.

A SRA. COORDENADORA (Renata Neves Gonzaga) - Eu queria só saber se isso tudo é *spoiler* dessa publicação aqui: *A Imprensa no Processo de Independência do Brasil*, que trata de Hipólito José da Costa, o *Correio Braziliense* e as Cortes de Lisboa, ou isso tudo ainda é para uma próxima publicação? Porque esse é parte dessa coleção de 7 ou 8 livros dos 200 Anos da Independência do Brasil aqui pelas *Edições Câmara*. Eu não sou garota-propaganda, não estou ganhando nada por isso. Mas é porque eu acredito que todo cidadão deveria ter acesso e poder ler essas publicações. É *spoiler* ou não?

O SR. JOSÉ THEODORO MENCK - É uma espécie de *spoiler*. Na verdade, é o seguinte: essa coleção nasceu junto com as comemorações que a Câmara dos Deputados fez dos 200 anos da Independência.

Na verdade, a primeira comemoração foi feita em 2008. Em 2008, nós fizemos uma grande exposição no Salão Negro, além de um seminário para o qual veio o Presidente da Assembleia portuguesa.

Então, foi publicado na época um grande evento pela comemoração da vinda da família real. E aí entra um pouco o que o Bernardo disse que surgiu na época, uma questão: Como um Parlamento comemora a vinda de um monarca absoluto? Não havia uma contradição ideológica no fundo?

Justamente, então, nós fomos estudar o poder bragantino, a fonte de origem do poder bragantino, e chegamos às Cortes. Na verdade, fundamentava-se no beneplácito do povo — o povo reunido em Cortes. Na última, inclusive, você falou dos três Estados; mas Portugal tinha uma característica, tinha um quarto grupo que, às vezes, se destacava, que eram os letrados, que eram os juristas.

Então, havia — isso é uma característica das Cortes portuguesas — os representantes do clero, os representantes da nobreza, os representantes das comunas e os letrados. E os letrados eram quase D. João das Regras, o famoso João das Regras, que é o patrono dos advogados hoje.

Então, Portugal sempre tinha uma influência, porque se dizia que a fundamentação do poder do rei — o rei tinha o poder — era porque ele tinha de fazer justiça. Fazer justiça era a maior atribuição do rei português; e ele a fazia através do seu Desembargo do Paço, dos seus desembargadores.

Por isso que a figura de desembargador em Portugal era tão relevante. E isso explica, talvez, até um pouco da nossa cultura brasileira ainda. Ainda bem que eu sou um advogado, eu posso usufruir disso. Mas havia essa questão.

Então, havia essa fundamentação.

Depois disso, nós passamos, a partir de 2017, a fazer todo ano uma comemoração específica. Em 2017, nós vamos ter os 200 anos da vinda de D. Leopoldina. Então, nós vamos lançar esse livro, que fazia parte de diversos outros, porque eu também parto do pressuposto de que evento é vento, o que fica é o que está escrito.

Então, eu sempre fiz questão de que houvesse textos escritos que ficassem. Esse aqui é uma apresentação da D. Leopoldina e tem até uma coisa interessante, que é o título: *D. Leopoldina, Imperatriz e Maria do Brasil*. Esse nome Maria do Brasil se vincula a uma opção dela. Ela não se chamava Maria na Europa. Ela não tinha esse nome de Maria. Esse nome virá quando ela se casa com D. Pedro e descobre que entre os brasileiros a grande maioria — inclusive, 100% dos membros da família real — tinha Maria no nome. Ela, para se integrar ao Brasil, vai passar a assinar Maria e vai assinar o juramento à Constituição como Maria Leopoldina.

Então, ela opta por ser Maria — e Maria do Brasil. Por que do Brasil? Porque, na genealogia, as famílias reais não têm sobrenome. Família real é sempre do país que ela reina. Então, é Isabel de Inglaterra. Falamos dinastia de Windsor, mas isso é uma coisa pela qual nós burgueses queremos identificá-los. Na verdade, o nobre não tem sobrenome. Ele é da região de que ele é dono. Então, ela era uma Maria do Brasil.

A SRA. COORDENADORA (Renata Neves Gonzaga) - Eu vou só fazer um acréscimo ao que o Dr. Theodoro falou, porque todo evento é vento, se não houver publicação; mas, no nosso caso aqui, não é exatamente vento, porque nós estamos transmitindo pelo canal da Câmara dos Deputados no Youtube e vai permanecer. Quem não puder acompanhar todo o resto aqui vai poder ver mais tarde.

Já que nós estamos falando aqui também, falamos agora de Hipólito José da Costa, sobre a imprensa...

O SR. JOSÉ THEODORO MENCK - É que eu sou muito velho, ainda não entrei nessa história do Youtube, nessa coisa, ainda não introduzi esses tempos novos.

A SRA. COORDENADORA (Renata Neves Gonzaga) - Quem tem cabelo branco aqui sou eu! (*Risos.*)

Eu gostaria de fazer uma menção ao Volume II do livro mais recente sobre D. Pedro I, que também faz parte da nossa caixinha, *D. Pedro I: entre o voluntarismo e o constitucionalismo*.

Na verdade, trata-se de uma organização de artigos coordenada pelo Dr. Theodoro. E o Bernardo tem um artigo que fala sobre D. Pedro, o jornalista. Ele, que era compositor, que era pintor nas horas vagas ou nas

horas comuns, era também músico, compunha e tocava, enfim. Quem é D. Pedro I, o jornalista? Essa foi realmente uma novidade para mim. Então, eu gostaria que você falasse um pouquinho sobre essa faceta de D. Pedro I e qual foi a influência dele nessa formação de opinião pública nos meios que ele frequentava, que estavam ao redor de D. Pedro.

O SR. BERNARDO FELIPE ESTELLITA LINS - É interessante olhar um pouquinho essa imagem de D. Pedro jornalista, porque um dos episódios marcantes da nossa vida política foi o Dia do Fico, que o José Theodoro descreveu com bastante detalhe. Era um episódio muito bem documentado porque havia um panfleto impresso em que se descrevia toda a movimentação, sobretudo de D. Pedro, naquele momento, e que era originalmente atribuído a algum oficial da guarda dele que assinava....

A SRA. COORDENADORA (Renata Neves Gonzaga) - De forma apócrifa. Jornalista sempre tem uma forma para se substituir, senão não conseguimos terminar a matéria.

O SR. BERNARDO FELIPE ESTELLITA LINS - Mas ele assinava como um sacristão que se dirigia ao seu pároco. E o interessante é que Hélio Viana, na década de 1960, um historiador importante, descobre nos documentos que vieram do Castelo d'Eu, na França, para o Museu Imperial em Petrópolis os originais, os manuscritos desse panfleto. E a surpresa foi que o autor era D. Pedro I. Então, D. Pedro I era o historiador de si mesmo. Inclusive, no meio do panfleto, ele se autoelogia: "*Oh, D. Pedro! É isso aí, Príncipe!*"

A SRA. COORDENADORA (Renata Neves Gonzaga) - Ele seria um bom *influencer*. Hoje ele seria um *digital influencer*. (Risos.)

O SR. BERNARDO LINS - Ele seria um excelente *influencer*, exatamente.

Então ele tinha essa faceta, quer dizer, ele se considerava uma pessoa pouco letrada e pouco culta, mas na verdade ele escrevia — e escrevia bem! Era um ótimo cronista, de si mesmo pelo menos. Mas a participação dele foi sobretudo como o que hoje seria um articulista. Quer dizer, ele não era repórter de ir para rua, e ele era basicamente o articulista que expunha algumas ideias, que entrava naquela guerra de penas que acompanhou o processo de independência nesses jornais incipientes que co-

meçaram a circular. Ele sempre assinou por pseudônimo, nunca assinou como príncipe, e era bastante desafortado, inclusive. Ele era de insultar abertamente algumas das pessoas com quem trocava ideias. E ele não era de segurar a caneta, não. Quer dizer, a caneta não existia.

A SRA. COORDENADORA (Renata Neves Gonzaga) - Era pena.

O SR. BERNARDO LINS - E ele tem algumas peças muito interessantes. Uma das mais interessantes é a peça em que ele escreve um artigo condenando a escravidão e propondo como alternativa a vinda de estrangeiros para trabalhar ali na lavoura como empregados.

A SRA. COORDENADORA (Renata Neves Gonzaga) - Agora, quem tinha acesso a esses artigos e como isso chegava à sociedade na ocasião? Quer dizer, qual era a repercussão desses artigos? Você conseguiu já identificar isso, qual era a repercussão naquela ocasião?

O SR. BERNARDO LINS - D. Pedro era muito perspicaz em relação a isso. Havia dois ou três jornais em que ele publicava regularmente. Obviamente, o editor, pelo menos, sabia que era ele. E D. Pedro manteve a soldo alguns articulistas para defender posições dele, tanto no Brasil quanto em Portugal. Então, ele tinha essa noção clara do significado que a imprensa já tinha naquele momento. E, apesar de a nossa população letrada ser pequena, ela era amplamente alcançada por esses veículos. E D. Pedro tinha essa preocupação bastante moderna, vamos dizer, de ter uma influência dentro desse círculo, não só pessoalmente, mas também entre pessoas que ele pagava para defender as posições dele. Inclusive, o próprio Chalaça escreveu alguns artigos.

O SR. JOSÉ THEODORO MENCK - Mas o interessante é que o D. João também tinha. Ao manter o *Correio Brasiliense*, D. João também tinha um pouco essa concepção. D. João é uma figura muito vilipendiada pela história como sendo um gordo que gostava de coxinhas e não sei o quê, mas tenho para mim que ele aceitou o papel do poltrão, do inútil, porque com isso ele conseguia ter uma chance de fazer sua política, inclusive na questão da imprensa. Essa descoberta que o Mecenas Dourado faz da “subisenção” do *Correio Brasiliense* é uma coisa, assim, fora... E ainda que o Governo fale mal dos seus Ministros. Ele deixava os Ministros serem criticados. Então, é uma coisa dos Bragança, eu acho.

A SRA. COORDENADORA (Renata Neves Gonzaga) - Isso não parece, assim, um pouco contraditório para nós? Hoje temos a visão de que a imprensa atua de forma muito clara: o que é reportagem, o que é conteúdo informativo, noticioso, e aquilo que é conteúdo editorial, articulista, aquilo que tem opinião. Hoje é muito claro isso. Nós evoluímos e desenvolvemos uma imprensa com essas funções muito claras. Naquela ocasião, 200 anos atrás, como essa imprensa, que existia de forma ainda um pouco desorganizada, digamos assim, conseguia lidar com esse conflito de interesses — não sei se eu estou usando uma expressão correta e adequada e gostaria que você comentasse sobre isso — em que o próprio D. João era o financiador de um veículo importante, na ocasião, e que também havia um conteúdo opinativo muito forte nesses panfletos, que eram colados nos postes e lidos publicamente e em todos os outros que circulavam de forma ainda que restrita?

O SR. BERNARDO LINS - Bom, é preciso lembrar o seguinte: a imprensa atual foi moldada no seu formato durante o século XIX, na medida em que começou a haver o surgimento da publicidade, e a imprensa passou também a ser um veículo de intermediação comercial. Isso alavancou a tiragem dos jornais, possibilitou a imprensa industrial e, sobretudo, possibilitou uma visão corporativa da imprensa. Isso naquela época ainda não existia. A imprensa do século XVIII, nas colônias inglesas, e do início do século XIX, no Brasil, era uma imprensa eminentemente artesanal e panfletária. No momento em que essa imprensa se torna um empreendimento em grande escala, há que se fazer essa separação, porque aí se cria o mecanismo que economicamente se chama de mercado bilateral.

No mercado bilateral, você oferece um produto para dali criar outro produto, que é o que vai lhe alimentar. No caso da imprensa, como é que isso funciona? Cria-se a notícia, a informação, para atrair o consumidor, o leitor, e aí se vende o leitor ao anunciante, criando o sistema de classificados, que caracterizou o jornal industrial. Quando se cria esse mecanismo, você é obrigado a separar o que é anúncio, o que é informação e o que é opinião, porque você tem que ter uma estrutura muito clara de abordagem ao público para poder capturar a sua circulação, seus leitores e poder vender a publicidade.

No início século XIX, aqueles trinta ou quarenta jornais que estavam circulando não tinham essa característica. Alguns deles já tinham anúncios, mas os anúncios eram eminentemente informativos, era o navio que chegava, era o preço da manteiga, coisas desse tipo. Os anúncios publicitários, realmente, ainda eram poucos, até existiam, mas eles não eram suficientes para poder custear a tiragem do jornal. Então, o jornal era basicamente um jornal de opinião, era um jornal panfletário e era artesanal, de pequena tiragem.

A SRA. COORDENADORA (Renata Neves Gonzaga) - Hoje nós vivemos já outro momento. Eu gostaria agora de dirigir essa questão para ambos que estão participando. Hoje nós temos outro momento da imprensa. Nós temos a imprensa, nós temos influenciadores digitais, nós temos as redes sociais. Então, nós temos uma disseminação de informações, e, dentro dessa disseminação, nós encontramos o fenômeno das *fake news*, que, na verdade, nada mais são do que mentiras que acabam sendo veiculadas de uma forma muito rápida, muito imediata e que acabam, de certa forma, influenciando a formação da opinião pública.

Então, eu gostaria que fizessem um paralelo entre como a opinião pública se formava com esses veículos que os senhores descreveram aqui e a opinião pública hoje, em que nós não temos claramente, além dos veículos tradicionais, dos veículos oficiais e dos veículos privados, dividido o que é notícia e o que é opinião. No meio disso tudo, temos as redes sociais. Qual é o papel disso tudo na formação da opinião pública hoje? Qual a diferença dos panfletos opinativos de 200 atrás?

O SR. JOSÉ THEODORO MENCK - Essa é uma pergunta complicada, porque pressupõe uma análise do momento atual e a evolução possível, previsível.

A SRA. COORDENADORA (Renata Neves Gonzaga) - Mas não podemos deixar de falar do hoje, não é? Não tem como.

O SR. JOSÉ THEODORO MENCK - Eu posso falar o seguinte: a impressão que eu tenho é de que aquela imprensa opinativa do século XIX, em 1821, basicamente... Só uma informação: a imprensa explode no Brasil justamente nesse período em que há o *Correio Braziliense*, desde 1808. Então, em todo o Período Joanino, ele fica sozinho. Quando vem a Revolução do Porto, libera-se a imprensa, e Dom João faz a primeira lei

no Brasil de liberdade de imprensa. Ele revoga a censura. O interessante é que um dos censores — havia três últimos censores — era o futuro Visconde de Cairu, que começa a fazer a imprensa. Ele vai ser um dos primeiros a fazer jornalismo criticando a liberdade de imprensa. De certa forma, ele perdeu o emprego, porque ele era um censor, não é? (*Risos.*)

Mas um dos primeiros jornais que saem é justamente dizendo que era absurdo isso.

Quanto à opinião nesse período, a Isabel Lustosa tem um livro chamado *Insultos Impressos*, porque era todo mundo trocando insulto. Eu vejo muita similaridade com o momento atual nessa questão da Internet, desse mundo digital, em que todo mundo tem a capacidade de fazer as suas opiniões se difundirem de forma estrondosa. Então, não vou dizer que isso vai se repetir, mas vejo que há uma repetição. Houve, durante todo o século XIX e depois principalmente no século XX, uma industrialização da imprensa, a qual criou os grandes capitães. Nós temos aquelas grandes personalidades. No Brasil, a primeira mais famosa foi o Assis Chateaubriand, e a segunda foi o Roberto Marinho, que são os donos da verdade, os donos da informação e aqueles que influenciam a verdade. Esse mundo morreu ou está morrendo, ao que parece. Na verdade, estamos voltando àquela anarquia inicial, em que todo mundo podia editar qualquer coisa.

Esse livro *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil* é do Carlos Rizzini, quem eu falei que era o Diretor-Geral. Esse livro foi editado em 1945. É muito interessante que ele fala que a imprensa, no sentido de jornalismo, se distingue da tipografia. Nós temos sempre a ideia de que Gutemberg, ao criar a tipografia, teria dado condições para que nascessem os jornais. Rizzini fala que não, porque na verdade os jornais já existiam. Houve um *delay* de pelo menos 150 anos entre a invenção da tipografia e o início dos jornais impressos. Como, então, os jornais existiam? Existiam manuscritos. Ele fala que os jornais eram manuscritos e que, inclusive, no Brasil, nós tivemos jornal manuscrito. No primeiro jornal do Maranhão, a pessoa escrevia, e depois havia uma série de copiadores, que iam difundindo isso.

É óbvio que isso se torna, além de mais caro, mais difícil e em número muito restrito. Mas o Rizzini defende a tese de que o jornalismo era ma-

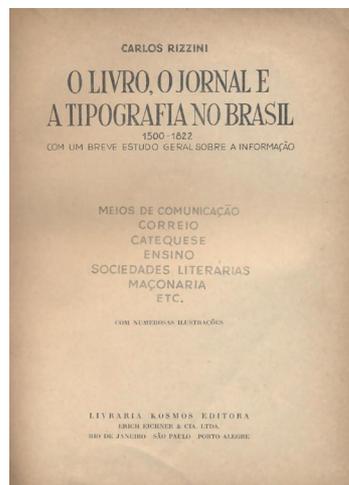
nuscrito, já depois da imprensa, porque era a forma de fugir da censura. Era muito mais fácil para o Estado ir aonde tem uma tipografia, porque era conhecida, um órgão grande, e fazer ali a censura, enquanto numa casa qualquer, qualquer um podia estar escrevendo. Era uma forma que se tinha da circulação de ideias.

A SRA. COORDENADORA (Renata Neves Gonzaga) - Quer completar, ou já passo para o Bernardo? Se quiser completar alguma coisa, nós vamos conversando.

O SR. JOSÉ THEODORO MENCK - Está bom. Então, há essa questão de que a tipografia e imprensa são diferentes. Essa ideia de tipografia e imprensa diferentes mostra um pouco o tempo, voltando à ideia que eu tinha começado. Hoje nós estamos vivendo numa anarquia, que é muito criticada principalmente pelos meios de comunicação, porque estão perdendo o controle, mas na verdade nós estamos voltando talvez àquele momento lá de 1821 em que havia essa difusão enorme indo através, inclusive, dos panfletos.

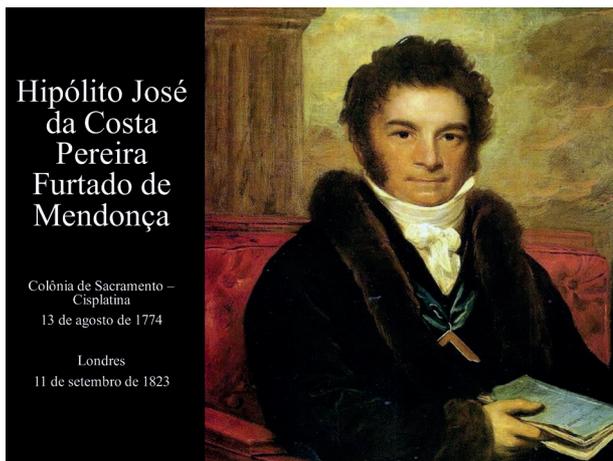
Outra questão é que no Brasil nós estamos falando muito do Rio de Janeiro, é sempre tudo no Rio de Janeiro, mas havia imprensa em outras regiões do Brasil, jornalismo. A Bahia, basicamente, era uma região muito... A cidade de Salvador era uma cidade mais rica e mais numerosa do que a cidade do Rio de Janeiro nesse período. No Norte, no Maranhão, em Belém, nós vamos encontrar jornais iniciantes. A quantidade enorme vai estar, sem dúvida nenhuma, no Rio de Janeiro, até porque é ali que a política está sendo desenvolvida, é ali o cenário preferencial da política nesse período.

Eu trouxe alguns eslaides só para mostrar esses outros jornais. Esse é um quadro muito interessante do Hipólito, porque ao mesmo tempo em que tem o sinal do triângulo maçônico, uma insígnia maçônica, ele está segurando na mão um exemplar do *Correio Brazilense*. Esse quadro esteve com a família até a década de 1950. Hipólito teve três filhos na Inglaterra e só uma filha teve descendência. Então hoje os descendentes do Hipólito



José da Costa não têm mais o nome Costa, são basicamente militares ingleses. Essa família, quando descobriram o interesse do Brasil pela figura, doou esse quadro que tinha sido mandado pintar pelo Duque de Sussex.

A SRA. COORDENADORA (Renata Neves Gonzaga) - É o que está no Itamaraty?



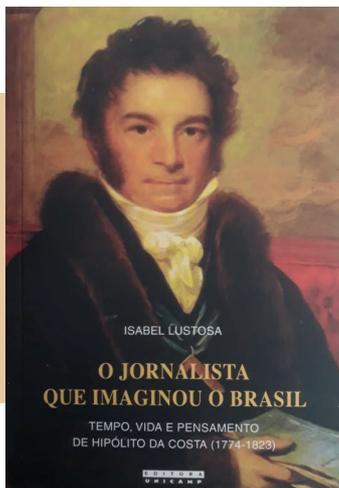
O SR. JOSÉ THEODORO MENCK - É o que está no Itamaraty hoje.



Carlos Rizzini e Mecenas Dourado disputavam uma corrida intelectual para ver quem publicaria primeiro a biografia de Hipólito José da Costa. Nessa disputa, um escondia do outro as informações de que dispunha. Os dois livros acabaram sendo publicados quase simultaneamente,

em 1957, por editoras diferentes, no mesmo ano. Vejam que o título é o mesmo: *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Pode-se então dizer que houve um empate entre os dois autores, cada qual com seu enfoque particular. [parágrafo revisto pelo conferencista]

Esse outro é um livro do Barbosa Lima Sobrinho, dos anos 1970. Barbosa dizia que se quisessem brigar com ele, era só falar mal do Hipólito. Ele tinha um quadro do Hipólito no gabinete. Ele era seu grande admirador. E ele vai fazer essa antologia num período em que não havia Internet. O interessante é que a obra completa desses jornais, que o Hipólito fazia como se fossem livros, e com numeração: de seis em seis meses, foi recebendo uma espécie de capa para encadernar cada grupo. E são 29 grossos volumes para ler, para descobrir um artigo interessante. Então, no seu livro, Barbosa Lima faz essa antologia.



Esse é o livro mais atual, da Isabel Lustosa, a maior estudiosa de imprensa no Brasil atual, que usa aquela imagem que eu mostrei: *O jornalista que imaginou o Brasil*. Ela realça que imaginou o Brasil porque ele vai dar essa concepção de país, de estrutura de país moderno. E ele vai ser lido desde o Maranhão até a Cisplatina. Existem relatos de que, em todas as regiões em que ele era parado, ele era lido. Isso talvez até ajude um pouco a entender a manutenção

do Estado brasileiro, a não ruptura. Porque ele, como grande defensor da unidade, como um dos valores máximos, vai condenar profundamente as revoluções de Pernambuco, por exemplo. Ele achava que as revoluções de Pernambuco iam desagregar o grande trunfo do Brasil, justamente o seu

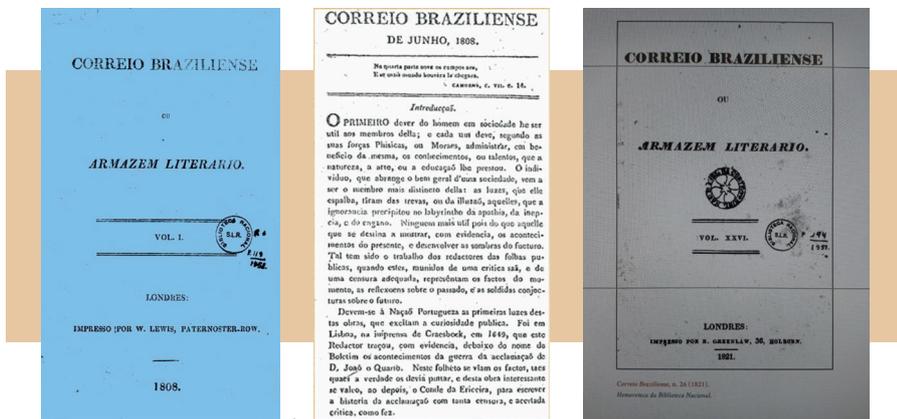
tamanho. Então, vai ser um aspecto da sua carreira. Ele vai brigar com muitos amigos ao condenar as revoluções em Pernambuco.

Esse é um brasão que D. João deu ao Hipólito. No túmulo dele, na Inglaterra, há esse brasão. Veja que ele não era republicano e tinha os sobrenomes Costa e Pereira. Seu nome era Hipólito José da Costa Pereira. Esse “H” no brasão é um identificador dele. O brasão está registrado na lista genealógica de Portugal, por ter sido concedido por D. João a Hipólito. Então, D. João chegou a conceder um brasão àquele jornalista que era perseguido pelo Estado português. Isso é uma coisa meio esquizofrênica, isso mostra que o antigo regime, por definição, tinha esquizofrenias. *(Risos.)*



Braço dos Costas e Pereiras, concedido por D. João VI a Hipólito da Costa

Essa é a capa do *Correio Braziliense*. É normal esse tom azulado — ele sempre teve. Esse é o primeiro artigo. O jornal começa dizendo: “*A obrigação do jornalista qual é?*”. E ele vai falar que é justamente esclarecer e civilizar o povo, através das luzes, tirando-o da ignorância.



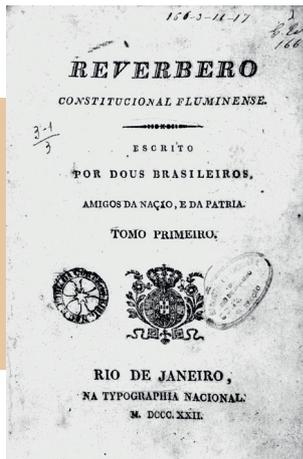
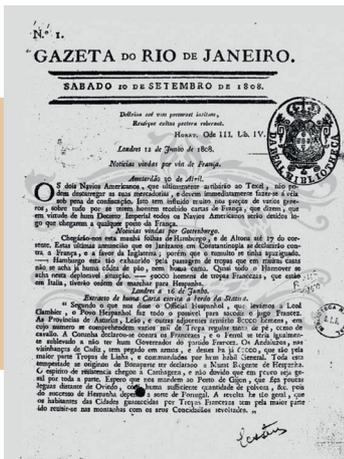
Esse é outro exemplar do *Correio Braziliense*.

Aqui entram aqueles jornais do período de 1821. Essa é a *Gazeta do Rio de Janeiro*, da Imprensa Régia, o primeiro jornal publicado, mais ou menos da mesma época do *Correio Braziliense*, sendo que o Correio Bra-

ziliense está na Europa, e esse aqui está no Rio de Janeiro, em função da imprensa. O futuro Conde da Barca vai trazê-lo e vai imprimi-lo na sua casa. Depois o Linhares vai descobrir, vai imprimir, e isso vai dar origem à Imprensa Régia no Rio de Janeiro.

Acima, também vemos o *Reverbero Constitucional Fluminense*, o mais

f a -
s o .
eram
dois
res,
ou -
jor -
lis -
im -
tan -
o
çal -
Ledo



m o -
Esses
o s
auto -
dois
tros
na -
tas
por -
tes,
Gon -
ves
e o

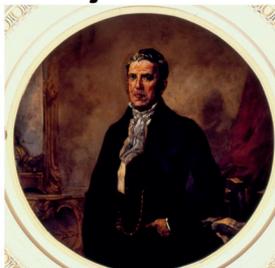
Cônego Januário. Esse já é um período em que no próprio Brasil há uma série de textos.

Esse jornal é muito interessante, porque é um jornal apolítico.

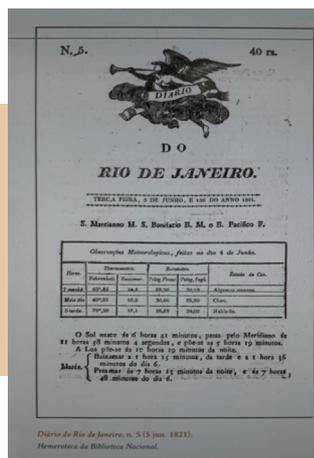
Redatores do Reverbero Constitucional Fluminense

Joaquim
Gonçalves Ledo

Cônego Januário
Barbosa



Naquela fermentação política, naquela troca de insultos, surge o *Diário do Rio de Janeiro*, que simplesmente, como falou o Bernardo, só fazia anúncios. Ele não noticiou o Sete de Setembro, ele não noticiou nada e foi um dos mais longevos desse grupo. Viveu setenta e tantos anos esse jornal. Ele era também chamado de “*Jornal da Manteiga*” ou “*Jornal do Vintém*” — “vintém” porque custava 1 vintém, e “manteiga” porque ele



sempre trazia a cotação do preço da manteiga no Rio de Janeiro. O interessante é que o Zeferino, o jornalista, foi vítima do primeiro crime contra a imprensa. O primeiro crime contra a imprensa foi cometido contra ele. Ou seja, dos jornalistas que não entravam na política, ele foi o primeiro a sofrer. Ele foi assassinado. Por quê? Porque ele aceitava qualquer anúncio. Ele tinha caixas no Rio de Janeiro, em que se colocava anúncio. E ele publicava, simplesmente recebia os anúncios e os publicava, gratuitamente — não eram pagos. Ele publicou um anúncio no qual uma pessoa disse que determinado cidadão, da região tal, mantinha em cárcere privado uma senhora, e essa senhora era maior de idade e tal e que, se ela não fosse libertada, ia ser denunciado à polícia. A pessoa que vestiu a carapuça, que devia ser o pai — e provavelmente o namorado reclamou que o pai não deixava a menina sair —, vai lá e mata o jornalista. Era um anúncio anônimo. Matou quem? Matou o jornalista. Então, o primeiro crime de imprensa cometido no Brasil envolveu justamente o *Jornal do Vintém*, que não tinha nenhum interesse político.

Então, foram esses os jornais que surgiram nesse período.

Vejam ali o *Gazeta do Brasil*.

O *Espelho* é outro jornal dessa época e era a principal fonte de informações de D. Pedro. D. Pedro publicava, basicamente, nesse jornal, *O Espelho*, as suas crônicas. Ele não tem comentários, ele simplesmente publica textos dos outros, muitos deles textos oficiais.



retirada do Brasil, n. 3 (6 jun. 1822).
repositório da Biblioteca Nacional.



Espelho, n. 70 (19 jul. 1822).
repositório da Biblioteca Nacional.

A SRA. COORDENADORA (Renata Neves Gonzaga) - *O Espelho* era o jornal no qual ele atuava como jornalista?

O SR. JOSÉ THEODORO MENCK - Esse é o jornal no qual, basicamente, D. Pedro publicava — não só, mas principalmente.

A SRA. COORDENADORA (Renata Neves Gonzaga) - Eu vou passar a palavra agora a Bernardo, justamente para que comente essa pergunta que fiz ao José Theodoro, sobre esse paralelo entre a opinião pública de 200 anos atrás e a opinião pública de hoje, com a imprensa que nós temos hoje e com o advento das redes sociais, que realmente mudaram, digamos assim, o cenário em que temos a construção da nova opinião pública.

O SR. BERNARDO LINS - Eu achei interessante a sua menção a *fake news*. Lembra-me de uma frase, se eu não me engano de Carlos Lacerda, que certa vez disse: “*Dos amigos eu escondo as verdades e dos inimigos eu invento as mentiras*”.

A SRA. COORDENADORA (Renata Neves Gonzaga) - Ou seja, elas sempre existiram, as *fake news*. (*Risos*.)

O SR. BERNARDO LINS - É, mas há uma diferença em relação às *fake news*, e aí talvez resida a grande diferença entre a rede social e o jornalismo daquela época. A *fake news* não é apenas uma notícia falsa, é uma notícia falsa deliberadamente direcionada. Esse talvez seja o grande

aspecto que distingue a *fake news* das outras notícias falsas que se produz, em termos de imprensa, em termos de divulgação pública.

Hoje em dia é possível, dentro da rede social, com um acompanhamento muito simples e quase estatístico, vamos dizer assim, do comportamento dos participantes da rede, perceber uma série de aspectos emocionais de cada pessoa. Você consegue direcionar determinada informação exatamente àquelas pessoas nas quais você sabe que ela vai ter o efeito que deseja produzir. Isso é diferente da imprensa. A imprensa pega uma mesma notícia e joga para o público inteiro. Ela pega uma mesma opinião e joga para todo mundo, e cada um recebe, vamos dizer assim, de acordo com a sua leitura. A *fake news* é seletiva. Esse é o primeiro aspecto.

O segundo aspecto é que hoje nós temos uma educação de massa. A maior parte das pessoas lê, a maior parte das pessoas navega na Internet, a maior parte das pessoas vê Youtube, e assim por diante. Então, existe uma capacidade, vamos dizer assim, uma eficácia da notícia que naquela época era menor, porque demandava intermediação. Quer dizer, a maior parte do público era analfabeto e precisava ser informado por terceiros. O público acabava sendo informado, como o José Theodoro apontou, inclusive porque participava politicamente. O analfabeto naquela época votava. Quando houve, por exemplo, a eleição dos Deputados para a Constituinte, ela foi feita em duas etapas. Na primeira etapa, as pessoas da paróquia votavam, e o analfabeto dizia o voto, alguém o transcrevia, e ele o marcava com um “x”. Quer dizer, havia a participação política do analfabeto, havia o desejo do analfabeto de se informar, mas havia uma intermediação.

Então, talvez sejam essas as duas grandes diferenças, embora eu concorde que, da mesma forma como o produtor autônomo de conteúdo na rede, o jornalista daquela época era um produtor de opinião, muito mais do que um relator de fatos.

A SRA. COORDENADORA (Renata Neves Gonzaga) - Como você diz aqui, ele é um ativista político também.

O SR. BERNARDO LINS - É, um ativista político.

A SRA. COORDENADORA (Renata Neves Gonzaga) - Um ativista político, um pregador, um disseminador de ideias.

Está nesse volume também, nesse último aqui.

(*Exibe livro.*) (*Risos.*)

Eu fiz um pouquinho do dever de casa e achei interessante você mencionar exatamente isso.

Antes de terminarmos, eu queria franquear a palavra, obviamente, para quem está aqui e participa já há algum tempo, dando o prazer da presença, junto conosco, e a quem também está participando pelo Youtube, no canal da Câmara dos Deputados. Se alguém tiver alguma pergunta a fazer, se quiser discutir algum assunto, nós ainda temos um tempinho e podemos abrir o debate.

Gostaria também de registrar a presença de duas pessoas. Eu acho que ele já foi, mas o Pedro Mascarenhas esteve aqui conosco, o Diretor de Educação e Cultura do Sindilegis, assim como o Claudio Nazareno, Diretor Adjunto da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Eles estiveram aqui conosco.

Eu gostaria de abrir espaço agora para as perguntas. Quem quiser fazer perguntas pode levantar a mão e ligar o microfone. (*Pausa.*)

O senhor poderia identificar-se, por gentileza, já que nós estamos no Youtube, ao vivo?

O SR. VILSON VEDANA - Sou Vilson Vedana, consultor aposentado.

José Theodoro, meus poucos conhecimentos de história dizem que D. João VI mandava apreender o *Correio Braziliense* assim que chegava ao Brasil. Eles conseguiam apreender. Depois desse fato que você trouxe, do qual eu não sabia, de que ele era o principal financiador, coloquei em dúvida essa minha sabedoria. O que havia nisso? Era apreendido ou não era?

O SR. JOSÉ THEODORO MENCK - Como eu falei, o *Correio Braziliense* criticava muito o Governo, e o Governo era exercido pelos Ministros, e os Ministros realmente mandavam apreender — os Ministros, a administração pública, digamos assim —, mas o rei... Havia sempre os subterfúgios. Por exemplo, como eu falei, precisavam ser vendidas as assinaturas, e numa quantidade grande. No Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro, no Paço, quem era a pessoa responsável por vender essas assinaturas? Era o Chalaça. O Chalaça era o amigo mais próximo, mais íntimo de D. Pedro. Então, se o Chalaça, o principal amigo do filho, do príncipe herdeiro, era o responsável por difundir o jornal, como eu falei antes, havia um aspecto meio esquizofrênico nisso. O Governo, a administração, os Ministros do antigo regime, é óbvio, não iam aceitar uma

crítica, não iam aceitar que tudo o que fizessem fosse criticado, principalmente porque ele criticava muito o Linhares. E por que ele criticava muito o Linhares? Porque o Linhares tinha sido seu padrinho. O padrinho dele, que o mandou para os Estados Unidos, era o Linhares, e o Linhares o entregou, quando ele voltou, em função das suas ingerências maçônicas. Depois o Linhares se tornou, quando chegou aqui, o primeiro grande Ministro de D. João no Brasil.

Ele marreteava tudo o que o Linhares fizesse. Tudo o que ele fazia estava errado. Era uma rixa pessoal, um elemento pessoal. Não se pode esquecer de que todos nós somos humanos e que, como humanos, todos temos sentimentos. Havia mágoa. Era visível a mágoa muito grande de Hipólito contra Linhares. Tanto que ele foi até defender o Barca.

Falando de Linhares e do Conde da Barca, havia o partido francês e o partido inglês na Corte de D. João. O Linhares era o representante da Corte inglesa, e o Barca, da Corte francesa. No entanto, ele elogia o Barca, e não o Linhares, muito embora estivesse vivendo na Inglaterra e a colocasse como modelo. Vejam que tudo era muito vinculado.

Havia, sim, apreensões. Foram apreendidos algumas vezes, mas, por outro lado, havia o patrocínio, e saíam depois do contrabando. Eram presos, depois o contrabando soltava esses jornais e os fazia circular.

A SRA. COORDENADORA (Renata Neves Gonzaga) - Mais alguém quer participar? (*Pausa.*)

O senhor pode se apresentar, por gentileza, para que quem estiver nos acompanhando pelo Youtube possa identificá-lo?

O SR. JOÃO MENDONÇA DE AMORIM - Pois não.

Meu nome é João Mendonça de Amorim, do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano e do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.

Gostaria de fazer uma indagação.

Falou-se muito no jornal *Correio Braziliense* — agora um pouco de atavismo. A exposição foi rica, com muitas informações. Gostaria de saber se, nesse período, logo em seguida à independência, o *Diário de Pernambuco*, fundado em 1825 e que até hoje circula de alguma forma, teve

algum papel preponderante ou era meramente um jornal de comerciantes da época. Quando buscam informações sobre negociação de escravos, venda e comércio de escravos, os historiadores locais sempre buscam informações no *Diário de Pernambuco*. Do ponto de vista de opinião, como formador de opinião pública, ele chegou a exercer algum papel ou não?

O SR. JOSÉ THEODORO MENCK - Como você disse, João, ele foi fundado em 1825, justamente no período da independência, da Independência do Brasil, no início dela, no início do movimento. Oliveira Lima, pernambucano, coloca o ano de 1808 como o início do movimento; muitos colocam o ano de 1822, com o Grito do Ipiranga; outros colocam um daqueles muitos eventos de 1822: a aclamação ou a própria coroação; existe uma historiografia que coloca o ano de 1825; e outros, o ano de 1831. O fato é que esse jornal específico, para essa questão... O último grande movimento pernambucano, nesse período, foi a revolução de 1824, a Confederação do Equador. O jornal vem depois de todos esses eventos conturbados. Ele nasceu depois, quando os eventos já tinham ocorrido.

Eu pessoalmente não estudei o *Diário de Pernambuco*. Por quê? Porque os eventos já tinham passado. Ele surge quando os eventos tinham se extinguido. Pessoalmente, acredito que nós podemos colocar a consolidação da independência quando Portugal a reconhece, em 1825. Por quê? Porque D. João reconhece a independência do Brasil, e todas as potências europeias o fazem em seguida, como a Inglaterra e todos os outros países. Quando há o reconhecimento internacional, o Brasil consolida a sua independência. Saber se ela ocorreu em 1831, com a queda de D. Pedro I, no primeiro reinado, é uma questão política interna, é uma questão brasileira. Eu acho que a independência, como evento internacional, termina em 1825. Como não estudei, eu não poderia dizer que desses eventos ela não participou.

A SRA. COORDENADORA (Renata Neves Gonzaga) - É sempre bom ouvirmos um sotaque pernambucano. (*Risos.*)

Eu, particularmente, adoro, morei lá. É muito interessante como os pernambucanos valorizam a sua cultura, as suas raízes e o *Diário de Pernambuco*, que é uma instituição efetivamente importante para o Estado, para a população.

O SR. JOÃO MENDONÇA DE AMORIM - A curiosidade seria exatamente esta, saber se o *Diário de Pernambuco*, na época, teve alguma influência ou não, em termos de formação de opinião pública, nesse período conturbado, porque de fato a província vivia em revoluções constantes — 1817, 1824.

O SR. JOSÉ THEODORO MENCK - O Coronel Luís do Rego, em Portugal — isso depois vai ser um legado —, pega a tipografia e publica. Pernambuco tinha uma série de jornais. Pernambuco era muito rico e tinha uma quantidade muito grande de tropas portuguesas nesse período de 1819, 1820. Além disso, foi ocupado militarmente pela Bahia, em 1817, quando houve a Revolução dos Padres. Quem levou os soldados para lá foi o Conde dos Arcos, que era o Governador-Geral da Bahia, que sufoca. Daí, vem Luís do Rego, que ocupa militarmente. Então, ele fica sob um protetorado militar, digamos assim.

É muito interessante que Luís do Rego, quando há o grande entusiasmo pela Revolução Liberal do Porto, revolução constitucionalista do Porto, ao ver o que estava acontecendo no mundo, ele, o paladino do Absolutismo, comanda a mudança do regime em Pernambuco. Luís do Rego proclama juntas, desde que ele seja o presidente da junta. E os pernambucanos que estavam meios chateados com ele não aceitam e fazem uma segunda junta de Goiânia.

Pernambuco é uma região bem conturbada durante esse período. Esse jornal específico surge depois. Havia os jornais locais, muito centralizados nessa briga com o Rego, que acaba voltando. Na Convenção de Beberibe, houve um acerto entre as duas juntas, que se vinculam a Lisboa e não se vinculam à administração de D. Pedro. E uma coisa muito interessante: José Bonifácio manda um agente secreto para Pernambuco para ver se é possível negociar o apoio de Pernambuco ao Governo da Regência de D. Pedro, que vai ser o Vasconcelos Drummond. Um garoto de 20 anos e pouco chega lá como enviado especial de José Bonifácio, escondido, como espião, para tentar convencer os líderes locais a apoiarem D. Pedro na luta contra as cortes. E vai conseguir, de certa forma.

Esse mesmo Drummond depois volta, para na Bahia e tenta fazer o Madeira mudar de lado. Drummond até diz ao General Madeira que ele vai ter uma promoção militar, que vai incorporá-lo ao Exército Brasilei-

ro, desde que ele apoie D. Pedro e deixe de lado a questão das cortes. O Madeira, de forma muito educada, segundo o próprio Drummond, disse que não, porque afinal de contas ele tem um pouco de lealdade — jurou lealdade a Portugal e não podia mudar de lado —, e, por uma questão de educação, não iria prendê-lo e o deixaria voltar para o Rio de Janeiro e dizer que não daria certo.

Então, há jornalismo tanto na Bahia quanto em Pernambuco nesse período todo. Os jornais são vários, porém são mais centralizados nas vicissitudes locais das guerras internas desse período e certamente influenciam a opinião pública local. Disso não há nem dúvida.

A SRA. COORDENADORA (Renata Neves Gonzaga) - Alguém mais tem alguma pergunta? (*Pausa.*)

O senhor poderia se apresentar, por gentileza?

O SR. MARCIO NUNO RABAT - Eu sou o Marcio Rabat, Consultor Legislativo da Casa.

Na verdade, a principal razão por que eu me inscrevi foi para saudá-los pela discussão, tanto pelas questões conceituais que o Bernardo colocou como depois pela parte do dia a dia da Independência, que foi muito interessante. A mediação também deu um toque dinâmico à discussão. Então, eu queria saudar a Mesa.

Eu queria fazer uma pequena observação, que eu não sei se caberia a vocês comentar. Eu suponho que a permissão de voto ao analfabeto no período da Independência tinha um significado muito diferente do que seria a permissão de voto ao analfabeto atualmente, mais recentemente, porque suponho — sem ter muitos números, mas com razoável convicção — que os analfabetos, naquele período, incluíam parte relativamente grande da elite econômica e social brasileira, talvez não tanto na Corte, mas certamente no interior. Então, os analfabetos não eram meros receptores passivos dessa informação. Provavelmente esses analfabetos pesavam na hora de tomar decisões.

A SRA. COORDENADORA (Renata Neves Gonzaga) - Pesavam financeiramente também no PIB.

O SR. MARCIO NUNO RABAT - Pesavam financeiramente, contavam.

A SRA. COORDENADORA (Renata Neves Gonzaga) - Exatamente.

O SR. MARCIO NUNO RABAT - E essa relação entre as pessoas que liam e as pessoas que não liam e os jornais devia ser muito dinâmica e interessante, mesmo dentro da elite. Não sei se vocês têm algum comentário a fazer sobre isso.

A SRA. COORDENADORA (Renata Neves Gonzaga) - Pois não, Bernardo.

O SR. BERNARDO LINS - Eu acho que a sua percepção está correta mesmo. Há dois aspectos curiosos a se observar nisso daí. Um deles é que o processo de votação no Brasil é muito antigo. Quer dizer, desde o surgimento das primeiras cidades no Brasil, parte dos cargos municipais era eletiva. Havia um processo eleitoral bem definido, em que o analfabeto votava. Era um processo eleitoral do qual só os “homens bons” participavam, ou seja, não era qualquer um que participava; era exatamente a elite da cidade.

O outro aspecto que é interessante lembrar é que parte da alfabetização decorre de uma questão de necessidade. Quando há um processo, como havia no Brasil, de uma economia que era fortemente de subsistência e de escambo, não há realmente necessidade de as pessoas saberem fazer contabilidade, ler, escrever, quer dizer, a vida segue para todo mundo sem a necessidade disso. Então, isso daí, combinado com a fragilidade do sistema educativo que havia no Brasil — temos que lembrar inclusive que posteriormente, quando Pombal tenta uma reforma do sistema de ensino, ele se desorganiza profundamente —, torna ainda mais complicada a alfabetização das pessoas num momento em que a população brasileira está se expandindo.

Então, há uma série de fatores pelos quais o analfabetismo persistia no Brasil. Ele alcançava a elite de fato, uma elite que votava, que tinha participação política e que ocupava cargos inclusive.

O SR. JOSÉ THEODORO MENCK - Desejo acrescentar apenas uma coisa, em beneplácito da situação política do Brasil do século XIX. Sabe-se que o voto censitário era regra, não era exceção. O voto universal

surgiu na Comuna de Paris. Em 1848, começou a se falar em voto universal para todos os homens. E o Partido Socialista francês dizia que isso era mais uma maldade dos burgueses, que dar o voto a todo mundo era enganar. A concessão do voto universal era ruim para o Partido Socialista. Então, mostra que isso, essa ideia de que hoje em dia se fala que o voto censitário é uma coisa horrorosa, só para a elite, era o comum, era nisso em que a população da época, o mundo político acreditava [alterações do autor].

Então, a nossa Constituição de 1824, a “Constituição da Mandioca”, teve o censo. É preciso ter uma renda tal para poder ser eleito, independentemente de ser ou não analfabeto. No entanto, essa renda nunca foi atualizada. Nós chegamos até 1889 com aquele mesmo censo, e havia inflação no Brasil. Periodicamente foi havendo um acréscimo. Repetindo: o voto censitário era regra. Só em meados do século XIX é que começou a se imaginar o voto universal. No Brasil, também não houve a correção. Houve uma incorporação cada vez maior de pessoas. E a Constituição republicana — não sei se todo mundo sabe —, ao permitir o voto não censitário, bastando ser alfabetizado, diminuiu o número de eleitores. Houve uma redução no número de eleitores. A República reduziu o número de eleitores ao instituir o voto só para alfabetizados.

Esta é, portanto, uma questão que tem que ser pensada também: nem sempre a evolução é de um lado, digamos, positiva.

A SRA. COORDENADORA (Renata Neves Gonzaga) - Alguém mais tem alguma pergunta? (*Pausa.*)

Pois não.

O SR. LUIZ HENRIQUE VOGEL - Sou o Luiz Henrique, colega do Marcio.

Como poderia ser um voto universal em 1789 se metade do universo — as mulheres — não votava?

O SR. JOSÉ THEODORO MENCK - As mulheres nem sequer entravam nesse conceito. Então, isso é um anacronismo. O Luiz Henrique é o grande protetor aqui das mulheres.

A SRA. COORDENADORA (Renata Neves Gonzaga) - Nós lhe agradecemos.

O SR. JOSÉ THEODORO MENCK - Mas deve ser dito o seguinte: não se podem passar os conceitos de hoje para um período anterior. Como eu falei, nem sequer os socialistas queriam o voto universal. Então, se nem os socialistas queriam o voto universal, o que dizer de voto para mulheres? As mulheres ocupavam o trono. Nós tivemos rainhas no século XVIII. A Rússia teve uma sucessão de imperatrizes. Elas mandavam, mas dentro dos conceitos da época. Chama-se de anacronismo isto: a tentativa de passar os valores de hoje para o passado. Hoje é absurdo se querer distinguir; na época, era absurdo se querer igualar. São conceitos de tempo.

O SR. BERNARDO LINS - A contribuição da história, neste caso, é muito mais em relação a conseguirmos fazer um registro de como evolui a participação de vários setores que eram excluídos. E há uma evolução que é evidentemente benéfica para o País, para a economia, para a sociedade.

Embora tenhamos que reconhecer que essas situações refletem uma cultura da época, a superação delas reflete um ganho social expressivo, inclusive econômico. A participação da mulher no mercado representou um avanço enorme e, quando ela foi combatida, representou um retrocesso importante. Um exemplo mais ou menos recente foi a entrada das mulheres, na Europa e nos Estados Unidos, no mercado de trabalho devido à Segunda Guerra Mundial, quando uma massa enorme de mulheres se qualificou numa das áreas de que eu faço parte aqui na Consultoria, a de informática. Durante a Segunda Guerra Mundial, e até a década de 60, praticamente todo o desenvolvimento de *software* foi feito por mulheres. As primeiras linguagens de programação que nós usamos foram todas elaboradas por mulheres. Aquelas linguagens lendárias, como COBOL, FORTRAN, eram produção feminina. E depois, na década de 60, todo esse quadro de profissionais foi alijado do mercado de trabalho, o que representou um retrocesso, inclusive do ponto de vista da composição de equipes e etc. nessa área, que perdurou por 2 ou 3 décadas.

A SRA. COORDENADORA (Renata Neves Gonzaga) - Eu gostaria de agradecer a participação de todos e perguntar se alguém tem mais alguma pergunta.

[Nesse momento, a diretoria cultural da Aslegis, em nome da pre-

sidente Manuella Nonô, revelou aos presentes o nome dos três autores mais frequentes nos vinte e cinco anos de existência dos Cadernos Aslegis, ao mesmo tempo em que ressaltou o fato de que os três participaram da concepção dos cadernos e escrevem desde o início na revista. O terceiro autor mais frequente dos Cadernos foi o consultor **Márcio Nuno Rabat**; o segundo autor mais frequente foi o escritor **Edmilson Caminha**. O autor com maior número de contribuições, por sua vez, foi o conferencista **Bernardo Lins**, a quem a Aslegis presta a sua homenagem, vez que completou seu tempo de trabalho e está apto a requerer sua aposentadoria].

A SRA. COORDENADORA (Renata Neves Gonzaga) - Essa é uma das provas de que nós temos um serviço público de altíssima qualidade. Para mim, é uma honra estar aqui entre pessoas tão preparadas e tão destacadas em tantas áreas diferentes não só na Câmara dos Deputados, mas também no Senado Federal, onde eu trabalho como terceirizada da *TV Senado*. Eu tenho muita honra de trabalhar com os servidores públicos que estão comigo na *TV Senado* e também nos gabinetes do Senado Federal por onde eu já passei como assessora de comunicação. Eu sempre pude atestar o altíssimo nível dos nossos servidores públicos. Eu sou uma grande defensora do serviço público e acho que nós precisamos disseminar muito a ideia de que nós temos servidores muito preparados. É uma honra para mim estar aqui com vocês.

Indo para o final do nosso debate, eu gostaria de saber se os nossos palestrantes têm algo mais a acrescentar.

Eu tenho uma pergunta como jornalista, bem rápida, curta e grossa. Eu pergunto primeiro ao Bernardo. Do seu ponto de vista, era mais perigoso ser jornalista na época do Cipriano Barata, que escrevia de dentro da prisão, ou do João Soares, que também escrevia o *Correio do Rio de Janeiro* preso ou é mais perigoso ser jornalista hoje?

O SR. BERNARDO LINS - Jornalista é uma profissão para os valentes. Pelo menos naquela época era possível escrever estando preso. Hoje em dia é um pouco mais difícil conseguir esse feito. É uma atividade sujeita a enormes riscos. É difícil ser um jornalista independente e qualificado sem uma boa dose de coragem.

Esse acompanhamento que os institutos e as representações de defesa da imprensa fazem, denunciando e monitorando as injustiças e as agres-

sões que os jornalistas sofrem, é um mecanismo, ainda que frágil, para tentar neutralizar minimamente essa pressão, que é permanente, contra o profissional de imprensa.

O SR. JOSÉ THEODORO MENCK - Bem, faço minhas as palavras do Bernardo. Efetivamente, a vida do jornalista no início do século XIX no Brasil era a de um participante ativo da vida pública. A tribuna que existia era aquela, e as personalidades participavam de uma forma muito intensa.

O João Soares, que você citou, não passou por Coimbra. E, por isso, os outros jornalistas que haviam passado por lá, o criticavam. Ele respondia dizendo que os coimbrões iam estúpidos e voltavam de lá mais estúpidos e que ele, pelo menos, não havia passado por isso. Veja que essa crítica e essa resposta mostram como era um grupo relativamente pequeno os que tinham possibilidade de ir a Coimbra — esses eram os qualificados, porque tinham instrução.

Hoje não há mais isso. Qualquer um pega a Internet e, se der certo, vira *influencer*. Não é mais preciso ir a Coimbra, não é preciso nem saber muita coisa além de falar. Então, há essa distinção.

Era mais perigoso ou não? João estava preso e escrevia. Nós acompanhávamos as prisões de Cipriano Barata por seus relatos. Ele falava da guarita do forte tal. Nós íamos de prisão em prisão. Eu nunca entendi exatamente como é que era a prisão naquela época. Ele reclamava que era um perseguido político, mas que tinha uma estrutura que não... As descrições de cárceres no antigo regime são sempre muito lúgubres. Mas não corresponde ao fato de que ele conseguia manter essa correspondência. Ele continuava preso e falando mal do Governo.

A SRA. COORDENADORA (Renata Neves Gonzaga) - Bastavam uma pena e um papel.

O SR. JOSÉ THEODORO MENCK - Sim. Mas como é que chegava essa pena? E como é que saía essa pena reiteradamente? Acontecer isso uma vez é uma coisa, porque, talvez, se conseguiu um contrabando ou alguém levou esse material, mas acontecer isso reiteradamente, tornando possível que se mantivesse um jornal assim? Era um outro mundo.

Há o caso de um jornalista que levou uma surra e ficou com sequelas. Ele, basicamente, escrevia muito contra D. Pedro, que ficava zangado e respondia. Quando o debate ficou acalorado, D. Pedro mandou dar uma surra no homem. E pronto, acabou — acabou não, porque ele continuou falando ainda. Para entrar na luta, era preciso ter disponibilidade física para participar do quebra-pau. Hoje não se espera isso, ainda que aconteçam eventos assim. Mas, como eu falei, o primeiro jornalista a ser assassinado era dono do único jornal apolítico. Foi a primeira vítima de um crime de imprensa no Brasil.

Então, viver é perigoso.

A SRA. COORDENADORA (Renata Neves Gonzaga) - Defender a democracia é perigoso, mas, acima de tudo, é necessário. Eu acho que nós estamos fazendo isso aqui também, estudando e analisando o que ocorreu e tentando entender os dias de hoje.

Não havendo, então, mais nenhuma participação, nenhuma palavra a mais dos nossos palestrantes, eu dou por encerrado o nosso debate, a menos que..

O Theo sempre tem algo a dizer.

O SR. JOSÉ THEODORO MENCK - Eu só queria agradecer a presença aos senhores.

Agradeço também à ASLEGIS, ao Instituto Histórico e Geográfico e ao Bernardo. Durante os anos em que convivemos, as nossas conversas, o mais genéricas possível, sempre foram muito enriquecedoras.

Ainda, agradeço a mediação à Renata, que se predispôs a vir aqui nos ouvir.

Quero pedir desculpas também por ter ocupado tanto tempo dos senhores.

A SRA. COORDENADORA (Renata Neves Gonzaga) - Para mim é sempre um prazer. Foi uma grande aula.

Eu fui tão descortês que não passei a palavra a todos para que agradecessem.

Bernardo, por favor.

O SR. BERNARDO LINS - Eu estendo também meus agradecimentos a todos e faço minhas as palavras do José Theodoro.

Obrigado pela paciência de todos. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ THEODORO MENCK - Agradeço ao Pedro Marinho também.

A SRA. COORDENADORA (Renata Neves Gonzaga) - Agradecemos à Aslegis, que se empenhou demais para que este evento ocorresse.

Quem não pôde nos acompanhar pode acessar o canal da Câmara dos Deputados, no Youtube. Está tudo lá. Não é um evento que vai ao vento — ele ficará.

Uma boa tarde a todos.

Tenham um ótimo fim de semana.